

CONCURSO PÚBLICO

24 / NOVEMBRO / 2012



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EDITAL 02/2011

CADERNO DE PROVAS

CADERNO 1	<ul style="list-style-type: none">• REMOÇÃO
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• DISSERTAÇÃO• PEÇA PRÁTICA• QUESTÕES DISCURSIVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 1 (um) tema para dissertação, 1 (uma) proposta para uma peça prática e 4 (quatro) questões discursivas. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, 4 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas.
3. Não perca tempo em questões, cujas respostas lhe pareçam difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Respondidas as questões, você deverá transcrevê-las para a folha de respostas correspondente, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Durante o período de realização da prova, não se permite o empréstimo de material nem qualquer espécie de comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio, conforme Cap. 12, item 14 do Edital.
6. Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que contiver qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade, conforme Cap. 12, item 22 do Edital.
7. Na Prova Escrita e Prática, conforme Cap. 13, item 3 do Edital, além do conteúdo específico, será avaliado o domínio da Língua Portuguesa.
8. Em nenhuma hipótese haverá substituição de Folha de Respostas por erro do candidato.
9. Será considerada nula e não será pontuada a prova cuja resposta estiver fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade, conforme Cap. 13, item 5.2 do Edital.
10. Na Prova Escrita e Prática, é permitida a consulta **apenas** a textos de legislação pertinentes às matérias sobre as quais versará a prova, desacompanhados de jurisprudência, súmulas, exposições de motivos, anotações ou comentários, conforme Cap. 13, item 7 do Edital.
11. Não use corretivo líquido. Em caso de erro, use parênteses e passe um traço sobre o que não deve ser considerado. (Exemplo: ~~legislativo~~).
12. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 2 (duas) horas contadas a partir do efetivo início das mesmas.
13. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

DISSERTAÇÃO – REMOÇÃO

DISSERTE sobre a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado, DISCORRENDO sobre a enumeração, a representação, o início da pessoa jurídica, o registro da pessoa jurídica, as características das pessoas jurídicas e da terminação.

- Dê um título ao seu texto.
- Faça abaixo o rascunho do seu texto e, depois, transcreva-o para a folha própria, **à caneta**, com letra legível.
- Não use corretivo. Se necessário, coloque entre parênteses e passe um traço sobre o que não deve ser considerado.
- Seu texto deverá ter de 20 a 40 linhas

RASCUNHO DA DISSERTAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13

14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

PEÇA PRÁTICA – REMOÇÃO

ANALISE a seguinte situação.

Tereza e Carlos casaram-se em 1976 sob o regime da comunhão de bens para a administração do patrimônio.

Em 1985, Tereza recebeu como herança um apartamento que, em 2012, foi avaliado em R\$ 150.000,00.

Em 2005, Carlos recebeu como herança um sítio que, em 2012, foi avaliado em R\$ 100.000,00.

Em 2012, já com os filhos maiores e criados, em virtude do desgaste do casamento, resolveram se divorciar.

Orientados pelo advogado Dr. Sebastião, uma vez que seria um divórcio consensual, optaram por fazê-lo em Cartório, através de uma escritura pública. Cada um decidiu ficar com o imóvel que recebera de herança e dividir ao meio o saldo de uma conta corrente bancária que era de R\$ 50.000,00.

LAVRE a escritura correspondente, com base nos dados acima.

ATENÇÃO:

- 1) **Não** qualifique as partes presentes ao ato, utilize apenas os nomes do enunciado.
- 2) A resposta a ser elaborada deve conter o **máximo de 60 linhas**.

RASCUNHO DA PEÇA PRÁTICA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23

24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

QUESTÕES DISCURSIVAS – REMOÇÃO**INSTRUÇÃO**

1. Assine somente o cabeçalho da folha de resposta e não deixe pistas de identificação, no corpo da mesma; caso isso ocorra, a prova escrita será anulada.
2. Somente serão corrigidas as respostas escritas com caneta esferográfica azul ou preta.
3. Produza o texto nos padrões da modalidade escrita da língua.
4. Observe o espaço reservado para a resposta. Não haverá folha complementar.
5. A legibilidade será considerada na avaliação da prova.
6. A escrita deve ser contínua, sem linhas em branco, nem mesmo para separar parágrafos.
7. Sua resposta deverá ser apresentada em, **no máximo**, 15 linhas.

QUESTÃO 01 – DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Sem se levar em conta o fato de que a reincidência é agravante prevista em lei e de que pode, inclusive, em determinados casos, ser considerada como maus antecedentes para efeito de fixação da pena base, **pergunta-se**: A reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva estatal? Sua resposta deve ser devidamente justificada.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

QUESTÃO 02 – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

A Constituição Federal prevê, em dois incisos do art. 5º, o princípio do juiz natural:

Art. 5º.

(...)

XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção;

(...)

LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

Pergunta-se: Considerando a norma constitucional, as justiças especializadas no Brasil podem ser consideradas justiça de exceção? Sim ou não? Justifique sua resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

QUESTÃO 03 – DIREITO COMERCIAL

Em 2010, consumou-se a venda de um estabelecimento comercial de uma Sociedade Limitada, sendo que tal operação não restou averbada perante a Junta Comercial. Em 2011, descobriu-se haver débitos constituídos em 2009, além dos escriturados até o momento da alienação.

Pergunta-se: Existe responsabilidade solidária do alienante quanto ao débito não contabilizado referente a 2009? Em caso afirmativo, por quanto tempo subsiste a responsabilidade do alienante? Fundamente sua resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

QUESTÃO 04 – DIREITO TRIBUTÁRIO

A súmula vinculante nº 28 dispõe que: “É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretende discutir a exigibilidade de crédito tributário.”

Pergunta-se: Há incompatibilidade entre a referida súmula e o Art. 151, III, do CTN? Justifique sua resposta.

RASCUNHO DA RESPOSTA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15



Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br